

sição de títulos sobrevalorizados e de alguns prédios urbanos. A Companhia registava então mais de 112 mil contos de prémios diretos (38% no ramo «Automóvel», 28% de «Acidentes de trabalho», 11% no ramo «Incêndio», 9% no ramo «Vida», 8% nos ramos de «Transporte marítimo» — cascos e mercadorias — e «Aéreo», tendo o ramo «Agrícola» um peso residual). Nas vésperas da Revolução dos Cravos, a empresa contava com 14 agências e delegações nas principais cidades no continente português (com exceção do Algarve), 6 em Angola, 1 em Moçambique, 1 em Cabo Verde, 1 em São Tomé, 1 em Macau e 1 em Timor. Os acontecimentos subsequentes afetaram profundamente a empresa e a sua gestão, daí resultando a breve trecho uma acentuada desvalorização dos seus ativos sem, contudo, haver uma quebra proporcional na sua

produção e responsabilidades. Em finais de 1974, a empresa passou a ser dirigida por uma comissão administrativa (Portaria n.º 735-A/74, de 20 de dezembro, do Secretário de Estado do Tesouro), sendo nacionalizada no ano seguinte (Decreto-Lei n.º 135-A/75, de 15 de março). Nesses dois anos acumulou prejuízos superiores a 70 mil contos, sendo o seu destino definido pela Resolução n.º 199/78, de 8 de novembro, a qual definiu as bases para o redimensionamento das empresas de seguros nacionalizadas através da nomeação de conselhos de gestão comuns a grupos de empresas. A partir desta data, esta Companhia foi gerida em comum com a Companhia de Seguros Império\*, tendo em vista a sua fusão, o que viria a ocorrer em 1980.

HAF  
PEG

### ALIANÇA MADEIRENSE (1891-1975)

Sediada na cidade do Funchal — inicialmente na Rua do Esmeraldo, 26 —, a companhia de seguros Aliança Madeirense, S. A. R. L., oficializou a sua fundação pela escritura de 2 de maio de 1891, assente pelo notário Jacinto Augusto Bettencourt («Há cinquenta anos», *Aliança Madeirense*, 2 de abril de 1941: 2; Silva e Meneses, vol. I, 1998: 88). A presença de personalidades conhecidas da indústria e do comércio insulares faz-se notar na lista de sócios e marca igualmente a constituição dos primeiros órgãos sociais. A direção foi entregue a João Joaquim Mendes, Júlio César de Nóbrega Pereira e João Bernardino Gomes e o conselho fiscal ficou constituído por Ambrósio Zino, João António da Silva Viana e João Luís Henriques. Presidiu à assembleia geral Manuel José Vieira, coadju-

vado por José Joaquim de Freitas e secretariado por Luís Bettencourt de Miranda («Os primeiros corpos gerentes da Aliança Madeirense», *Aliança Madeirense*, de 2 de abril de 1941: 3). O capital inicial foi estabelecido nos 200 000\$000 réis — dividido em 2000 ações a 100\$000 réis cada uma — e, no ano seguinte, após assembleia geral, realizada a 7 de abril, deu-se a aprovação de um aumento no valor de 100 000\$000 réis, colocando a fasquia nos 300 000\$000 réis (*ibidem*). Estavam, assim, dados os passos iniciais da primeira companhia de seguros erguida em contexto económico-financeiro madeirense, numa praça que foi palco de vários esforços para fundar seguradoras com sede em território insular, embora ficassem pela mera intenção (Silva e Meneses, vol. III, 1998: 568). Para além

da Aliança Madeirense, conseguiu estabelecer-se com êxito outra companhia, a Garantia Funchalense, constituída no ano de 1907. Após a reestruturação da indústria seguradora levada a cabo por João Franco (Decreto com força de lei de 21 de outubro de 1907), a Aliança Madeirense pediu nova autorização para prosseguir o exercício da sua atividade nos ramos dos seguros terrestres e marítimos, sendo confirmada pelo Governo a 26 de janeiro de 1908 (*Diário do Governo*, n.º 17, de 23 de janeiro de 1908). Nos anos seguintes foram igualmente outorgadas licenças para exploração dos ramos agrícolas, cristais, postais (1910) e risco contra incêndios, provenientes de greves ou de tumultos (1913). A I Guerra Mundial desencadeou a proliferação de companhias de seguros e trouxe novos contornos ao mercado segurador português, ao tornar-se mais competitivo, embora com muito menos estabilidade. O cessar do conflito produziu efeitos nefastos para muitas sociedades, sobretudo as mais recentes e de menor dimensão financeira, levando a uma quantidade significativa de falências, fusões ou incorporações (Mateus, s. d.: 43-44; Lapa, 1939: 157). Neste contexto, a Aliança Madeirense manteve proventos satisfatórios durante o período de beligerância e anos subsequentes, conseguindo, inclusive, expandir e consolidar a sua posição no mercado segurador insular. Os resultados obtidos em 1917 apontam o valor de 166 451\$34, correspondente ao número de seguros efetuados, auferindo ainda um lucro líquido de 46 334\$51 (*Jornal de Seguros*, n.º 303, de 31 de agosto de 1918: 2 e 5). Os relatórios e contas apresentados nos anos seguintes comprovam um visível aumento no saldo positivo — 49 098\$62 (ano de 1920) e 60 310\$59 (ano de 1921) —, ainda que os prémios de seguros

não se comparem com os valores de 1917 — 65 189\$57 (ano de 1920) e 79 906\$01 (ano de 1921) —, auferidos, naquele caso em específico, em pleno contexto de guerra. Nesse ano, a seguradora publicita o seu *status*, apresentando os vários locais onde presta serviços para além da sua sede (situada na Rua da Alfândega, 46), através de uma rede de agências que abrangia todo o país e de sucursais estabelecidas no Porto e em Lisboa, ambas sob a gerência de António Tomás dos Santos Júnior. No âmbito contabilístico, o capital social mantém a mesma cifra e divisão fixadas em 1893, ainda que indique somente 30 000\$00 de capital realizado, com o fundo de reserva fixado nos 75 000\$00 e o depósito de garantia nos 25 040\$85. Em agosto de 1928 a companhia lançou o *Jornal de Seguros*, de periodicidade mensal, um projeto de comunicação que, para além de uma evidente publicidade à instituição, oferecia igualmente «tempo de antena» à rival Garantia Funchalense. Logo no primeiro número destaca o que considera ser o âmago da política empresarial da Aliança Madeirense, ao privilegiar o aumento dos fundos de reserva em detrimento de uma constante distribuição de dividendos entre os acionistas: «As maiores companhias seguradoras do mundo fazem o seu principal reclame, de um modo muito simples: indicando as cifras dos seus fundos de reserva. Esses algarismos lhes bastam para toda a sua propaganda [...]. Assim procedem as companhias de seguros que, às fáceis glórias de uma abundante distribuição de lucros, preferem a acumulação metódica, serena e sólida das suas reservas.» («Fundos de reserva nas Companhias de Seguros», *idem*: 3.) Como resultado prático da referida política comprova-se um aumento acentuado da rubrica capital e reservas da empresa, se atendermos

aos valores apresentados desde o primeiro ano da instituição até 1940, ainda que se registem pequenas flutuações que não colocam em causa uma evidente tendência de crescimento (gráfico 1). Para além do desencadear de uma crise económica, as vicissitudes do movimento segurador madeirense durante o ano de 1928 foram marcadas pela «crescente e, quasi, irremediável concorrência de algumas sociedades estrangeiras às companhias nacionais», devido à «modicidade dos seus prémios». O apelo deixado no *Jornal de Seguros* foi no sentido de uma maior confiança nas companhias insulares, por serem «merecedoras da simpatia e do interesse geral, não só pela forma prudente e segura como se teem orientado, como pelos valiosos capitais locais que nelas estão empregados» (*Jornal de Seguros*, n.º 6, de 1 de janeiro de 1929 e n.º 5, de 1 de dezembro de 1928: 3). A instabilidade latente no mercado financeiro regional adensou-se com a suspensão de pagamentos de instituições bancárias, a partir dos finais de 1930, e a rápida deterioração da conjuntura política através das revoltas da Farinha e da Madeira, vividas nos primeiros cinco meses de 1931 (Soares: 5-305; Brazão e Abreu, 2008: 19-35; Mello e Carita, 2002: 133-137). As suas repercussões estenderam-se no tempo e encontram-se refletivas nos relatórios e contas da Aliança Madeirense entre os anos de 1931 a 1933, conquanto os referidos exercícios auferissem saldos positivos, demonstrando uma robustez financeira suficiente que conseguiu ultrapassar um período de avultadas dificuldades no panorama insular. No ano em que festejou o 40.º aniversário (1931), Fernando Brederode — antigo ministro de vários governos e fundador da companhia de seguros Nacional — enalteceu as capacidades de gestão da seguradora e a sua afirmação na

praça funchalense: «Em um meio segurador relativamente modesto, como é o do Funchal, dificilmente se poderiam conseguir melhores resultados e só a muita competência, zêlo e probidade das antigas e actual Direcção se deve o estado próspero da sua Companhia, consequência do crédito e do bom nome de que justificadamente goza.» («Um grande nome dos seguros em Portugal», *Aliança Madeirense*, de 2 de abril de 1941: 3.) No seguimento de resoluções tomadas nas assembleias gerais de 20 de fevereiro de 1931 e de 18 de março de 1932, em 1935 a instituição abriu ao mercado as restantes ações por realizar obtendo, deste modo, um capital social realizado integralmente no valor de 300 000\$00 («50 anos de vida», *Aliança Madeirense*, 2 de abril de 1941: 1; Silva e Meneses, vol. 1, 1998: 88). No início da década seguinte, a Aliança Madeirense estabeleceu uma delegação geral em Lisboa — Rua da Prata, 173, 2.º — gerida por Júlio Navarro Cabral, Salvador de Lucerna e José Pedro Pimenta da Gama, com o intuito de estender a seu campo de implementação e cujos resultados positivos se fizeram sentir nas contas referentes ao ano de 1941. Os dados quantitativos recolhidos a partir dos *Relatórios e Contas*, embora incompletos, permitem compreender a evolução da companhia ao longo de mais de quarenta e cinco anos, como se observa no comportamento oscilante dos resultados, atingindo um máximo de lucros líquidos em 1969 e três períodos negativos registados entre os anos de 1958-1959, 1966-1967 e de 1974-1975 (gráfico 2). No primeiro intervalo, os resultados obtidos espelham um aumento significativo da sinistralidade, sobretudo no continente (1958) e a necessidade de conduzir alguns fundos para a constituição das denominadas reservas técnicas (1959). As despesas inerentes ao ramo «Auto-

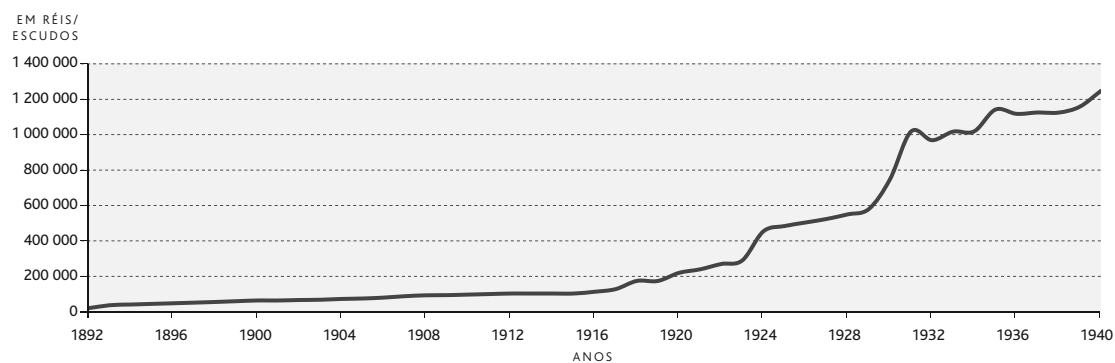
móvel» incidiram negativamente sobre o período de 1966-1967, a que se juntaram o dispêndio de verbas necessárias para à reforma das infraestruturas da empresa (*Boletim de Seguros*, 2.ª série, n.º 75, 1967: 17; 2.ª série, n.º 77, 1960: 17). Já nos dois últimos anos da empresa os reflexos da conjuntura económica do período pós-25 de Abril de 1974 e, no ano seguinte, a consequente nacionalização da seguradora explicam um saldo negativo recorde de 8 609 962\$44, obtido a 31 de julho de 1975 (*Boletim de Seguros*, 2.ª série, n.º 91, 1975: 27-38; 2.ª série, n.º 93, 1976: 193-203). No que compete aos prémios de seguro, entre 1930 e 1940 foram dominados pelo ramo «Incêndios», perdendo hegemonia para os seguros marítimos nos anos posteriores, coincidentes com o período da II Guerra Mundial. Os transportes terrestres denotam igualmente uma subida entre 1940 e 1944, e os restantes ramos — «Automóvel», «Agrícola», «Acidentes pessoais», «Acidentes de trabalho» —, embora tendencialmente em crescimento, revelam montantes ainda exíguos (*Boletim de Seguros*, 2.ª série: 1931-1946). Os valores apresentados entre os anos 1960 e 1975 comprovam a supremacia do ramo «Automóvel», secundado pelos «Acidentes de trabalho» e pelo «Seguro de fogo», observando-se um movimento ascendente até 1974, visto que, no ano seguinte, decorreu uma quebra abrupta em todas as modalidades de seguro, exceção feita aos prémios provenientes do ramo «Aéreo» (*Boletim de Seguros*, 2.ª série: 1961-1976). No que concerne à evolução das suas instalações a Aliança Madeirense apresenta, em 1962, uma nova sede no Funchal (na Rua do Aljube, 61) e espaços remodelados onde se integram serviços médicos e posto de enfermagem. A delegação do continente alojou os seus escritórios na Avenida de Fon-

tes Pereira de Melo, 17, 1.º, numa ação que pretendeu, segundo o respetivo relatório e contas, colmatar a «necessidade de mais amplas instalações em face do notável desenvolvimento que se está verificando no continente, pois o aumento da receita processada [...] foi registado através da delegação». (*Boletim de Seguros*, 2.ª série, n.º 67, 1963: 17.) O início da década de 1970 trouxe novas mudanças nas infraestruturas escolhidas para albergar os escritórios de Lisboa e do Porto, partilhadas em conjunto com as companhias de seguros Mutualidade\* e Soberana\*, onde dispuseram de um centro informático (*Boletim de Seguros*, 2.ª série, n.º 89, 1974: 23). A nacionalização da maior parte das companhias existentes no mercado segurador português, decretada a 15 de março de 1975 (Decreto-Lei n.º 135-A/75, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 63, de 15 de março de 1975), mudou radicalmente os contornos empresariais da Aliança Madeirense, gerida, a partir de 17 de março, por uma comissão administrativa constituída por Hélio Correia Pedro, Fernando Quintas dos Santos Castro, José Maurício Lopes Pereira, Raul dos Santos Cruz e Albino Nunes, cujos elementos coincidem com as comissões nomeadas para as companhias Mutualidade e Soberana (*Boletim de Seguros*, 2.ª série, n.º 93, 1976: 196). O facto de, desde 1973, as três seguradoras se encontrarem estabelecidas num só edifício em Lisboa e no Porto, compartilharem pessoal, detendo ainda sectores e departamentos comuns, levou a que a comissão considerasse que a sua fusão «era uma realidade de facto, embora não de direito, [visto que] subsistiam tão-somente as diferenciações inerentes à existência de três entidades jurídicas que, em termos de organização interna operacional, representavam altos índices de despesas gerais [...]»

(idem: 193). Após a anuência da comissão sindical, comum aos três organismos, o apoio unânime dos demais trabalhadores e a aprovação da Comissão de Coordenação e Reestruturação da Indústria Seguradora — na dependência do Ministério das Finanças —, a comissão administrativa fixou a data legal da fusão em 1 de agosto de 1975 (idem: 194). O seu reconheci-

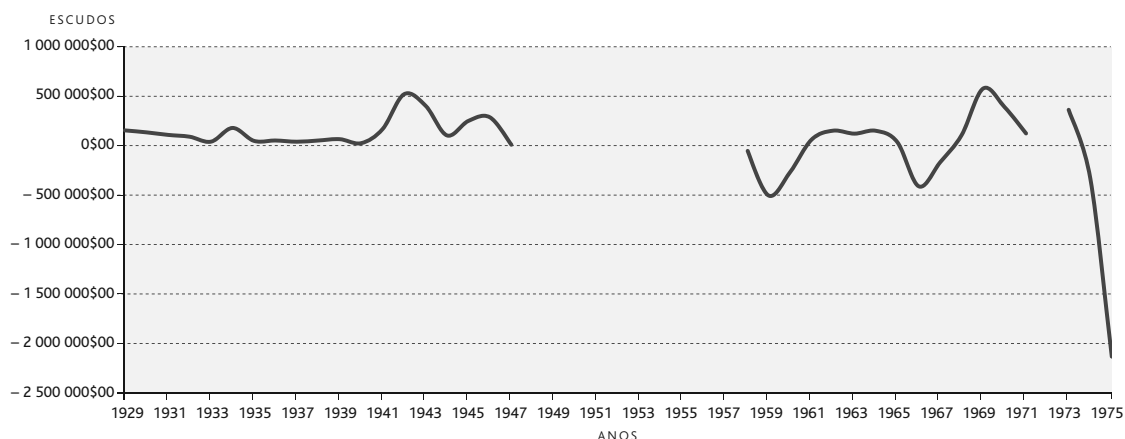
mento governamental adveio somente a 9 de abril de 1976, através de uma resolução do Conselho de Ministros assinada por Pinheiro de Azevedo (*Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 109, de 10 de maio de 1976), sendo confirmada dois meses depois em despacho do Ministério das Finanças (*Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 144, de 22 de junho de 1976). Do resultado da refe-

GRÁFICO 1 — Aliança Madeirense  
Capital e reservas (1892-1940)



Fonte: «Capitais e reservas da Aliança Madeirense», *Aliança Madeirense*, de 2 de abril de 1941, p. 1; *Boletim de Seguros* (1930-1942).

GRÁFICO 2 — Aliança Madeirense  
Lucros líquidos (1929-1975)  
(a preços constantes de 1929)



Fonte: *Boletim de Seguros* (1930-1976).

## ALIANÇA SEGURADORA (1922-1931)

rida fusão nasceu o Grupo Segurador MAS — Empresa Pública, de capital social fixado nos 80 000 000\$00 e com sede em Lisboa, na Rua de Martens Ferrão, 11 (Portaria n.º 568/76, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 219, de 17 de setembro de 1976).

### FONTES E BIBLIOGRAFIA

*Aliança Madeirense*, de 2 de abril de 1941 [número comemorativo do 50.º aniversário]; *Boletim de Seguros (1930-1979)*; BRASÃO, Maria Elisa de França, e ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira 1931*, 2.ª ed., Funchal, DRAC, 2008; CARITA, Rui, *Associação Comercial e Industrial do Funchal — Esboço Histórico (1933-2002)*, Lisboa, Edicarte, maio de 2003; CARITA, Rui, MELLO, Luís de Sousa, *Associação Comercial e Industrial do Funchal — Esboço Histórico (1836-1933)*, Lisboa, Edicarte, maio de 2002; *Jornal de Seguros (1917-1925)*; *Jornal de Seguros, 1928-1929*; «Histórico das empresas de seguros estabelecidas em Portugal entre 1975 e 2011», <http://www.isp.pt> (ace-

dido em 10 de julho de 2012); LAPA, Albino, *Seguros em Portugal (Estudo Histórico)*, Lisboa, ed. de Autor, 1939; MATEUS, Margarida, «Modelo institucional da supervisão de seguros em Portugal no período 1907-2007», disponível em <http://www.isp.pt> (acedido em 10 de julho de 2012); REIS, Artur, *Seguradoras Nacionais: Apontamentos, Seguradoras, Filiações, Documentos*, Lisboa, Fidelidade/Caixa Geral de Depósitos, 2000; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos A., *Elucidário Madeirense*, 4.ª ed., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, vol. III, 1998; SOARES, João, *A Revolta da Madeira: Documentos*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1979. Legislação: *Diário do Governo*, n.º 239, de 23 de outubro de 1907; n.º 17, de 23 de janeiro de 1908; n.º 207, de 17 de setembro de 1910; 1.ª série, n.º 143, de 21 de junho de 1913; 1.ª série, n.º 63, de 15 de março de 1975; *Diário da República*, 1.ª série, n.º 109, de 10 de maio de 1976; 1.ª série, n.º 14, de 22 de junho de 1976; 1.ª série, n.º 219, de 17 de setembro de 1976; 1.ª série, n.º 37, de 14 de fevereiro de 1989.

DMF

## ALIANÇA SEGURADORA (1922-1931)

A Aliança Seguradora, companhia de seguros, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, foi constituída em 1922 (Portaria n.º 3141, de 31 de março de 1922, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 64, de 31 de março de 1922). A seguradora foi autorizada a explorar os ramos de seguros «Marítimo sobre carga», «Casco», «Barcaças», «Contra derrame», «Roubo», «Guerra e avaria particular», «Terrestre contra os riscos de transporte», roubo nos mesmos, «Fogo», «Fogo e roubo», «Agrícola contra fogo», «Agrícola contra granizo», «Inundações e enxurradas», «Quebra de vidros e espelhos», «Ramo postal», «Seguro de automóveis contra incêndio casual», «Por combustão de gasolina», «Contra colisão», «Greves

e tumultos» e «Guerra terrestre». Explorava também o ramo «Desastres no trabalho», o ramo «Responsabilidade civil» e o ramo «Vida» sobre vida inteira, vida inteira conjunta, temporário, mistos, prazo fixo, sobrevivência, capital diferido, renda vitalícia imediata, seguro combinado, seguro misto capital duplo, seguro familiar, seguro de efeito múltiplo e capital progressivo e seguro complementar. Em 1923, a companhia foi autorizada a explorar novas variantes do seguro «familiar», denominadas «familiar com renda antecipada» e «familiar de capital duplo», bem como alterar o 2.º período do artigo 3.º das condições gerais da apólice do mesmo seguro «familiar» (Portaria n.º 3771, de 28 de setembro de 1923, publicada no *Diário*